POLÍTICA DE PRIVACIDADE

altamagia.blog.br

1. DO OBJETO, DA ABRANGÊNCIA E DA IDENTIFICAÇÃO DA CONTROLADORA

1.1. A presente Política estabelece as disposições aplicáveis ao tratamento de dados pessoais no âmbito do ambiente eletrônico ALTA MAGIA, disponibilizado pelo domínio altamagia.blog.br, doravante denominado "Site", compreendendo as operações relacionadas à navegação, à utilização de seus recursos e às comunicações encaminhadas aos canais oficiais de atendimento.

1.2. A interpretação e a aplicação deste instrumento observarão a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, doravante "LGPD" -, a Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet - e os atos regulamentares pertinentes, sem prejuízo das demais normas imperativas incidentes sobre as operações efetivamente realizadas.

1.3. A responsabilidade pela determinação das finalidades e dos meios de tratamento, no âmbito das atividades sob sua administração, compete à GRECO MARSAL ESOTERISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 44.190.937/0001-42, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº 964, Conjunto 3, 3º andar, Centro, Curitiba, Paraná, CEP 80060-000, doravante denominada "Controladora".

1.4. As referências a visitantes, interessados, contratantes ou titulares deverão ser compreendidas segundo o contexto da operação descrita. A condição de contratante não atribui, por si só, poderes irrestritos de disposição sobre dados pessoais pertencentes a outras pessoas.

2. DA NATUREZA DO AMBIENTE ELETRÔNICO E DOS CANAIS DE ATENDIMENTO

2.1. O Site destina-se à apresentação de conteúdo e à divulgação dos serviços espirituais realizados por Bruno de Osiris. Sua estrutura não contempla abertura de contas, autenticação de usuários, formulários de cadastro, carrinho de compras ou processamento de pagamentos diretamente na página.

2.2. A leitura do conteúdo não está condicionada ao fornecimento de nome, CPF, documento de identidade, endereço residencial ou dados bancários. A inexistência de cadastro, entretanto, não impede a produção de registros técnicos necessários à entrega das páginas e ao funcionamento dos serviços de infraestrutura e análise de navegação.

2.3. Os elementos identificados como meios de compra ou contato encaminham o interessado aos canais externos de atendimento. A apresentação da solicitação, o envio de informações e a definição das condições do serviço ocorrem nesses ambientes, sujeitos às disposições desta Política no que concerne às atividades da Controladora e às regras próprias das respectivas plataformas.

2.4. O acesso ao Site, o acionamento de uma hiperligação e o efetivo envio de uma mensagem constituem acontecimentos distintos. A disponibilização de uma mensagem previamente preenchida no WhatsApp não equivale, por si só, à sua transmissão pelo visitante.

3. DOS DADOS DE NAVEGAÇÃO E DOS RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

3.1. A navegação poderá envolver o tratamento de endereço IP, data e horário de acesso, páginas consultadas, origem do tráfego, duração da sessão, características do navegador, sistema operacional, dispositivo utilizado, dimensões da área de visualização e identificadores técnicos associados ao navegador ou à sessão.

3.2. Os recursos analíticos também poderão registrar eventos de interação, tais como cliques, rolagem da página, movimentos do ponteiro, alterações na área de visualização e ocorrências de funcionamento da interface. Tais informações destinam-se à compreensão do uso do ambiente eletrônico e à identificação de necessidades de aperfeiçoamento.

3.3. A infraestrutura utilizada para disponibilização e proteção do Site poderá processar informações técnicas da conexão, inclusive por intermédio da Cloudflare. Essas operações poderão atender à entrega do conteúdo, à estabilidade do acesso, à segurança do ambiente e à aplicação de regras de disponibilidade territorial.

3.4. Para aplicação das regras geográficas, poderá ser utilizada a indicação aproximada do país associada ao endereço IP da conexão. Esse procedimento não corresponde à obtenção de localização precisa por GPS, podendo sofrer influência de redes privadas virtuais, intermediários de conexão e outras condições técnicas.

3.5. A ausência de identificação nominal não implica anonimização automática. Registros que permitam individualizar um navegador, correlacionar sessões ou estabelecer associação razoável com uma pessoa natural deverão ser tratados de acordo com sua natureza e com as possibilidades de identificação existentes.

4. DAS FINALIDADES E DA LEGITIMAÇÃO DO TRATAMENTO

4.1. O tratamento de informações de navegação poderá ter por finalidade assegurar a disponibilização do conteúdo, manter a integridade do ambiente eletrônico, identificar falhas, avaliar o desempenho da página, compreender a utilização de seus recursos e aperfeiçoar a apresentação dos serviços e dos meios de contato.

4.2. Os dados encaminhados pelo próprio interessado durante o atendimento poderão ser utilizados para responder à solicitação, realizar procedimentos preliminares por ele requeridos, organizar o pedido e executar a relação contratual, quando presentes os pressupostos legais correspondentes.

4.3. O atendimento de obrigações legais ou regulatórias e o exercício regular de direitos poderão justificar operações específicas de conservação e utilização de informações. Sua incidência dependerá da finalidade concreta e da pertinência dos dados à obrigação ou ao direito considerado.

4.4. O legítimo interesse somente poderá amparar tratamentos de dados pessoais não sensíveis que atendam aos requisitos legais, mediante avaliação da necessidade, das expectativas legítimas do titular e dos possíveis efeitos sobre seus direitos e liberdades.

4.5. Quando o consentimento constituir a hipótese legal aplicável, deverá ser obtido mediante manifestação livre, informada e inequívoca, vinculada a finalidades determinadas. A mera disponibilização desta Política não supre a obtenção dessa manifestação.

4.6. A indicação de fundamentos jurídicos neste instrumento não representa autorização cumulativa ou indistinta para qualquer utilização dos dados. Cada operação deverá apresentar correspondência entre sua finalidade, as informações empregadas e a hipótese legal que efetivamente a legitima.

5. DO MICROSOFT CLARITY, DOS COOKIES E DO ARMAZENAMENTO LOCAL

5.1. O Site utiliza Microsoft Clarity, ferramenta de análise de navegação disponibilizada pela Microsoft, destinada à compreensão das interações com a página por meio de recursos como mapas de calor, indicadores de utilização e reproduções de sessões.

5.2. As reproduções de sessões são elaboradas a partir de eventos de navegação e de informações sobre a interface apresentada. Não constituem acesso às conversas particulares mantidas pelo visitante no WhatsApp ou em outros aplicativos externos ao Site.

5.3. Conforme as condições técnicas e as configurações aplicáveis, o Clarity poderá utilizar cookies e identificadores pseudônimos, incluindo _clck e _clsk, para relacionar interações e visualizações de um mesmo navegador. A utilização desses identificadores não permite afirmar que todos os registros sejam anônimos.

5.4. Na configuração atual, o carregamento da ferramenta ocorre automaticamente, aproximadamente dez segundos após o carregamento da página. Esse intervalo constitui uma medida de organização do carregamento e não corresponde a uma escolha de privacidade manifestada pelo visitante. Não se encontra instalado Google Analytics no Site.

5.5. O ambiente eletrônico utiliza armazenamento local do navegador para registrar o encerramento do aviso de privacidade e evitar sua reapresentação nas visitas subsequentes, enquanto esse registro permanecer disponível.

5.6. O visitante poderá excluir dados locais ou restringir cookies pelas configurações do navegador. Essas medidas poderão alterar a disponibilidade de identificadores e o comportamento de determinados recursos, sem assegurar, por si sós, a interrupção de toda comunicação técnica necessária à entrega da página ou ao funcionamento dos serviços externos.

6. DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS NO ATENDIMENTO

6.1. O atendimento realizado por WhatsApp poderá envolver o recebimento de número telefônico, nome de exibição, conteúdo das mensagens, nomes completos, datas de nascimento, fotografias e comprovantes de pagamento, conforme a natureza da solicitação apresentada.

6.2. A utilização desses elementos deverá limitar-se às finalidades pertinentes à identificação do pedido, à organização do atendimento, à realização do serviço solicitado, à comunicação com o interessado e à documentação da relação estabelecida.

6.3. O interessado deverá encaminhar somente informações necessárias à solicitação. Senhas, códigos de autenticação, credenciais bancárias e documentos sem pertinência com o atendimento não integram os elementos ordinariamente necessários à organização do pedido.

6.4. O fornecimento de dados relativos a terceiros deverá respeitar os direitos dessas pessoas e a legitimidade de sua comunicação. A iniciativa de quem encaminha as informações não exonera a Controladora de verificar a necessidade, a finalidade e o fundamento jurídico do tratamento.

6.5. Informações que revelem convicção religiosa, vida sexual, condições de saúde ou outras categorias legalmente qualificadas como sensíveis estarão sujeitas ao regime específico da LGPD.

Seu tratamento não poderá ser legitimado exclusivamente pela existência de interesse comercial ou pela simples remessa espontânea do conteúdo.

6.6. A identificação das pessoas envolvidas em um pedido, inclusive mediante nome ou fotografia, não importa autorização automática para divulgação pública de suas informações. A utilização interna dos elementos do atendimento e sua eventual publicação constituem operações distintas.

6.7. O envio de fotografias, vídeos ou outros registros individualizados ao contratante deverá observar a finalidade do atendimento e os direitos das pessoas identificáveis. O recebimento desses materiais não atribui autorização geral para sua divulgação a terceiros.

7. DO SIGILO, DOS DEPOIMENTOS E DAS HIPÓTESES DE COMPARTILHAMENTO

7.1. As informações recebidas no atendimento deverão ser tratadas com reserva, observando-se a limitação de acesso às pessoas cuja atuação seja necessária à execução das finalidades legítimas correspondentes.

7.2. Os dados fornecidos não se destinam à comercialização de cadastros nem à cessão de listas de interessados ou contratantes para prospecção comercial de terceiros.

7.3. Provedores de hospedagem, infraestrutura, proteção do ambiente eletrônico, mensageria e análise de navegação poderão participar das operações na extensão das funcionalidades utilizadas. A qualificação jurídica e as responsabilidades de cada agente deverão observar sua atuação efetiva e as disposições legais e contratuais pertinentes.

7.4. O compartilhamento também poderá ocorrer para atendimento de obrigação legal, cumprimento de determinação de autoridade competente ou exercício regular de direitos. Nessas circunstâncias, deverão ser observadas a pertinência da solicitação e a extensão necessária das informações disponibilizadas.

7.5. A remessa de um relato sobre o serviço não implica autorização tácita para publicação da conversa ou utilização publicitária de dados identificáveis. A divulgação de depoimentos deverá observar fundamento jurídico adequado e, quando exigível, autorização específica para a finalidade pretendida.

7.6. Na preparação de materiais destinados à publicação, deverão ser suprimidos ou ocultados elementos pessoais que não sejam necessários à apresentação do relato. A ocultação de um nome ou de uma fotografia não assegura, isoladamente, a anonimização quando outros elementos permitirem reconhecer a pessoa envolvida.

8. DA SEGURANÇA, DA CONSERVAÇÃO E DO ENCERRAMENTO DO TRATAMENTO

8.1. As operações sob responsabilidade da Controladora deverão ser acompanhadas de medidas técnicas e administrativas proporcionais à natureza dos dados e aos riscos envolvidos, destinadas a prevenir acessos indevidos, perda, alteração e divulgação não autorizada.

8.2. A proteção das informações deverá abranger os procedimentos de acesso, utilização, transmissão, armazenamento e descarte, considerando as características dos sistemas e dos prestadores envolvidos.

8.3. A conservação dos dados observará o período necessário ao atendimento da finalidade que justificou sua obtenção, à continuidade da relação solicitada, ao cumprimento de obrigações legais e ao exercício regular de direitos. A mera existência de capacidade de armazenamento não constitui justificativa para retenção indefinida.

8.4. Encerradas as razões legítimas de conservação, os dados deverão ser eliminados ou submetidos a anonimização, quando juridicamente cabível e tecnicamente adequada. As hipóteses legais que autorizem sua conservação permanecerão resguardadas.

8.5. Registros mantidos sob gestão própria de provedores externos também estarão sujeitos às condições de retenção dos respectivos serviços e às obrigações legais incidentes. A Controladora deverá prestar os esclarecimentos pertinentes acerca das operações que estejam sob sua responsabilidade.

8.6. A ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais deverá ser avaliada segundo sua natureza, extensão e consequências. Quando presentes os pressupostos legais, serão cabíveis as comunicações à ANPD e aos titulares afetados, nos prazos e na forma previstos na regulamentação aplicável.

9. DOS SERVIÇOS EXTERNOS E DAS TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

9.1. Os links para WhatsApp, redes sociais e outros ambientes eletrônicos conduzem a serviços administrados por agentes distintos. O tratamento realizado nesses destinos poderá abranger informações da conta, da conexão e das interações, conforme as regras próprias de cada plataforma.

9.2. A disponibilização de uma hiperligação não significa administração integral do ambiente de destino pela Controladora. Essa circunstância, contudo, não afasta as responsabilidades que lhe sejam atribuídas por sua própria participação no tratamento.

9.3. A utilização de provedores com infraestrutura ou operações no exterior poderá implicar transmissão, armazenamento ou acesso a dados fora do território brasileiro.

9.4. As transferências internacionais sob responsabilidade da Controladora deverão observar as hipóteses e os mecanismos admitidos pela LGPD e pela regulamentação da ANPD, inclusive quanto à finalidade, à necessidade, às salvaguardas de proteção e à transparência perante os titulares.

9.5. A presente Política não substitui os instrumentos jurídicos exigíveis para legitimar uma transferência internacional. Informações sobre as operações e as garantias aplicáveis poderão ser solicitadas pelo titular por meio do canal indicado neste documento.

10. DA DESTINAÇÃO ETÁRIA E DA NATUREZA DOS SERVIÇOS

10.1. O conteúdo e o atendimento divulgados destinam-se a pessoas maiores de dezoito anos. O Site não foi estruturado para promover a coleta de dados de crianças ou adolescentes.

10.2. A identificação de dados pertencentes a crianças ou adolescentes exigirá apreciação específica, observando-se seu melhor interesse e as demais disposições legais aplicáveis. A mera remessa dessas informações por outra pessoa não afasta a incidência desse regime protetivo.

10.3. Os serviços apresentados possuem natureza espiritual e esotérica. As informações disponibilizadas não constituem prestação de assistência médica, psicológica, jurídica ou financeira, nem substituem a atuação de profissionais habilitados nessas áreas.

11. DOS DIREITOS DOS TITULARES E DO CANAL DE PRIVACIDADE

11.1. O titular poderá requerer confirmação da existência de tratamento, acesso aos dados, correção de informações incompletas, inexatas ou desatualizadas, anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação.

11.2. Também poderá exercer, nas hipóteses legalmente cabíveis, os direitos de portabilidade, informação sobre compartilhamento, eliminação de dados tratados com consentimento, revogação desse consentimento e oposição ao tratamento irregular.

11.3. Quando houver decisão tomada unicamente com base em tratamento automatizado que afete seus interesses, o titular poderá requerer sua revisão e informações sobre os critérios e procedimentos utilizados, observadas as disposições legais pertinentes.

11.4. As solicitações relacionadas à privacidade poderão ser encaminhadas ao WhatsApp oficial **+55 (41) 98487-4212** ou, por correspondência, ao endereço da Controladora indicado na cláusula 1.3. O requerimento deverá identificar o direito pretendido e fornecer elementos suficientes para localização das informações pertinentes.

11.5. A comprovação de identidade ou de representação poderá ser solicitada quando necessária à proteção dos dados e à prevenção de acesso por pessoa não autorizada, limitada ao estritamente indispensável.

11.6. O exercício dos direitos não estará sujeito à cobrança. As respostas observarão os prazos legais aplicáveis, inclusive, para confirmação e acesso, a declaração simplificada imediata ou a declaração completa no prazo de até quinze dias, ressalvadas disposições específicas aplicáveis.

11.7. Eventual impedimento ao atendimento integral deverá ser esclarecido. Permanecem resguardados os meios de petição perante a ANPD e de tutela perante os órgãos competentes.

12. DA TITULARIDADE DOS CONTEÚDOS E DOS LIMITES DE UTILIZAÇÃO

12.1. A disponibilização de textos, imagens, identidade visual e demais elementos do Site não transfere sua titularidade nem concede licença irrestrita de reprodução, distribuição, adaptação ou exploração por terceiros.

12.2. A utilização desses materiais deverá respeitar os direitos dos respectivos titulares, as autorizações eventualmente concedidas e as limitações e exceções previstas na legislação.

12.3. A presença de informações em conteúdo publicamente acessível não autoriza seu aproveitamento para finalidade incompatível com o contexto de divulgação, permanecendo aplicáveis os direitos de personalidade e as normas de proteção de dados pertinentes.

13. DAS ALTERAÇÕES, DA DISPONIBILIZAÇÃO E DA PREVALÊNCIA NORMATIVA

13.1. Esta Política poderá ser atualizada para refletir modificações legislativas ou regulamentares, alterações nos recursos do Site e ajustes nas operações de tratamento. As revisões deverão preservar a transparência quanto às práticas descritas e, quando necessário, ser acompanhadas das comunicações legalmente exigíveis.

13.2. A versão disponibilizada em documento PDF pelos links oficiais do Site apresentará a data de sua atualização e poderá ser consultada ou armazenada pelo interessado.

13.3. Alterações deste instrumento não legitimam retroativamente tratamento incompatível com a legislação nem dispensam a obtenção de consentimento quando este for necessário à implementação de nova finalidade.

13.4. Nenhuma disposição deverá ser interpretada como renúncia a direito indisponível, exclusão de responsabilidade legal ou autorização genérica para tratamento desvinculado de finalidade legítima. Em caso de conflito, prevalecerão as normas imperativas aplicáveis.

Última atualização: 4 de novembro de 2026